

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
A INCLUSÃO CULTURAL LETRADA NO SÉCULO XIX:
O PAPEL DA IMPRENSA

Valéria Severina Gomes (UFRPE)

valeria.g@netpe.com.br

Mari Noeli Kiehl Iapechino (UFRPE)

marinoeli@hotmail.com e mniehl@uol.com.br

INTRODUÇÃO

As distintas formas de concepção da língua, os recortes e as abordagens possíveis em sua natureza complexa e multifacetada evidenciam sua não neutralidade e, com isso, a impossibilidade de análise descontextualizada historicamente e de discussão de conceitos que desvelam e ocultam, a um só tempo, contradições, conhecimentos e posições ideológicas frequentemente reformuladas e (re-)construídas, como algo abstrato e fechado em si. Discutir essas designações e natureza implica refletir acerca das relações históricas e culturais da linguagem, sem que se descreva ou conceitue isoladamente, como se fora o resultado de habilidades motoras, perceptivas ou cognitivas, como categoria de compreensão e análise da realidade social.

Conceber o homem nessa realidade social é, antes, conceber valores morais e éticos que norteiam as ações cotidianas e que se referendam em condições materiais do grupo ao qual se pertence; é conceber a língua como construção social que permeia as relações do homem com o homem; é, enfim, conceber o homem como ser histórico e constituinte de uma linguagem com a qual se insere no mundo, exprime a compreensão da realidade que o cerca e comunica modos de pensar, de agir, de entender e de dar a entender, respeitadas suas contradições fundamentais: homem e sociedade; unidade e diversidade e forma e sentido.

As idéias de permanência e de tradição, decorrentes de certa regularidade interna e da existência de propriedades imprescindíveis à transmissão e ao reconhecimento das mais variadas línguas por parte de seus usuários, e, por outro lado, as de mudanças, tomados períodos históricos definidos, nas formas da linguagem, suas estruturas e seus significados, apontam para uma heterogeneidade lingüística que se alicerça na origem de grupos sociais, em condições materiais e em papéis sociais próprios dos indivíduos de uma determinada sociedade, o que caracteriza a atuação fundante da cultura e das memórias individual e social.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

É no cenário sócio-histórico do século XIX, período de práticas des-colonizadoras no Brasil, que surge a reivindicação por uma língua e sua escrita, por uma literatura e sua escrita e por instituições capazes de garantir a prática da cidadania. As mudanças do que se concebia como modelo imutável, como cânone, conturbavam a manutenção da centralidade da língua portuguesa e escancaravam as mazelas de um país que não só discutia há tempos se tinha ou não uma língua própria, se pretendia ou não embranquecer, se os falares indígenas se manteriam ou não, mas que também já se marcava pelas ondas de imigração estrangeira. Somado a este quadro sócio-histórico, o debate acerca da especificidade da língua portuguesa no/do Brasil funcionava como argumento de apresentação do Brasil como país autônomo política, econômica, intelectual e lingüisticamente, expondo, também, o esforço de intelectuais e políticos brasileiros no sentido de mudar, oficialmente, a denominação da língua nacional. Importa ressaltar que a heterogeneidade sempre marcou o funcionamento da língua portuguesa principalmente ao longo da colonização, como demonstram Orlandi e Guimarães (2001, p. 22):

1- Do início da colonização (1532) à expulsão dos holandeses (1654), a língua portuguesa é falada por um pequeno número de pessoas letradas, grandes proprietários de terras e uma minoria de funcionários. Os contatos entre índios de tribos diferentes e entre índios e portugueses ocorriam pela língua geral.

2- De 1654 à chegada da família real ao Brasil (1808), registra-se a proibição do ensino das línguas indígenas e obrigatoriedade do ensino do português. Conseqüentemente, diminui o uso das línguas indígenas, aumenta o número de falantes do português, ao mesmo tempo em que aumentam os contatos com as línguas africanas.

Nesse período, de acordo com Mariani (2001, p. 109), havia uma situação de conflito entre línguas indígenas x língua geral x língua portuguesa x português-brasileiro, que eram utilizadas por nobres portugueses, nobres brasileiros, brasileiros pobres, índios e jesuítas, negros, mulheres e crianças. Todo esse conflito lingüístico levou o diretório pombalino a intervir no processo de construção da identidade lingüística brasileira.

3- De 1808 à formulação oficial do Português como língua nacional no Brasil (1826), há a fundação da Biblioteca Nacional e da imprensa, instituição fundamental para a vida cultural e intelectual brasileira.

4- Em 1826 entra em questão a língua como signo de nacionalidade, os professores deveriam ensinar a ler e a escrever utilizando a gramá-

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

tica da língua nacional. A elaboração da gramática no século XIX ficava a cargo de professores, escritores, historiadores ou jornalistas, que assumiam função institucional dupla.

Neste artigo, as considerações situam-se nas duas últimas fases, com o propósito de contribuir para as reflexões acerca do letramento, mais precisamente no que diz respeito à constituição histórica das competências de leitura e de escrita em correlação com a inserção e as transformações da imprensa.

O objetivo é acompanhar a situação comunicativa no início da imprensa e também verificar algumas mudanças e permanências que ocorreram no curso do editorial jornalístico nos planos lingüístico-discursivo, formal e sócio-comunicativo, a fim de adequar-se, em termos semiológicos, às demandas de novos e diversificados leitores inseridos na cultura letrada, no percurso do século XIX ao século XX.

A linguagem, neste trabalho, é concebida como um processo de interação entre sujeitos sócio-historicamente situados, com remissão à teoria bakhtiniana, (Cunha, 2002, p. 167). Nesse processo, incluem-se os elementos verbais, os não-verbais e os não-ditos na produção de sentido dos textos. Os primeiros compreendem os elementos que organizam os enunciados; os segundos, a estrutura visual do texto e os elementos paratextuais (título, autor, suporte e tamanho e formato das letras); os últimos dizem respeito aos conhecimentos partilhados e às finalidades comunicativas.

A concepção de texto que embasa o trabalho está inserida na perspectiva das tradições discursivas (Oesterreicher, 1996, 2002; Jungbluth, 1998, 2004; Kabatek, 2003; Pessoa, 2003), cuja compreensão do funcionamento dos textos está vinculada aos fatores sócio-históricos. Nesse caso, é possível acompanhar as sucessivas transformações por que passam os textos em paralelo com as mudanças lingüísticas, ambas motivadas pela mobilidade das ações sociais, culturais, políticas, tecnológicas e históricas.

Essas mudanças serão observadas no contexto dos séculos XIX ao XX porque é nesse período que a imprensa conquista a sua funcionalidade como instituição social, contribuindo, inclusive, para as transformações sociais e para o desenvolvimento das práticas cidadãs. De acordo com Pessoa (2003, p. 136), “No caso do Brasil, a fundação da imprensa vai ter quase o mesmo significado que a introdução da escrita nas socie-

dades ágrafas, em face da imersão da imensa maioria da população no mundo da oralidade.”

O JORNALISMO IMPRESSO SOB A ÓTICA DA LINGÜÍSTICA SÓCIO-HISTÓRICA

Os estudos lingüísticos na perspectiva das tradições discursivas pressupõem também uma concepção interacionista de linguagem e compreendem o processo comunicativo a partir da funcionalidade sócio-histórica dos textos. Parte-se exatamente da pressuposição de que o caráter processual do texto, em termos sincrônicos, exige uma aproximação com a sua gênese.

É nesse sentido que a análise do editorial jornalístico das primeiras versões de sua circulação, no século XIX, às ocorrências mais recentes, no século XX, será norteadas, a fim de que sejam pontuadas algumas mudanças lingüísticas, formais e comunicativas ao longo do tempo.

Seguindo a visão tripartida de Eugênio Coseriu, na qual a linguagem é tida como uma atividade universal, individual e histórica, Oesterreicher (2002, p. 359) situa a sua definição de tradição discursiva:

[...] as tradições discursivas funcionam em virtude de situações comunicativas determinadas historicamente. Todo discurso individual guiado por determinados modelos discursivos – os gêneros ou as tradições – se constitui no marco de uma série de constelações comunicativas que controlam os traços específicos de cada discurso e as possíveis modalidades de sua produção e recepção.

Todo ato comunicativo necessita de clareza quanto à finalidade comunicativa. Para tanto, realiza-se por uma dupla via: por uma determinada língua e pela escolha de uma determinada tradição discursiva. Kabbek (2003, p. 3-4), a esse respeito, comenta que:

Na hora de falar ou de escrever um texto, os que falam ou escrevem não só têm que fazer passar sua finalidade comunicativa através do filtro da gramática e o léxico de uma língua determinada na que querem concretizar este fim: como é sabido, o realizam também segundo uma norma que se refere ao já dito na sociedade; e o modelam de acordo com tradições textuais contidas no acervo da memória cultural de sua comunidade, maneiras tradicionais de dizer ou de escrever. (...) Chamamos, de acordo com outros autores, a estes modelos *tradições discursivas*. (grifo do autor)

É inegável também que a adoção de uma nova tradição discursiva, conseqüentemente, leva a atitudes criativas produzidas por inovações próprias em cada língua, como ocorre com a mídia eletrônica atualmente.

Pelas palavras de Jungbluth (1998, p. 341) “escrever é seguir os costumes dos antecessores. Junto com a sucessiva ontogênese da capacidade de escrever se aprendem os moldes tradicionais dos diferentes gêneros de texto.”. É bom destacar que os moldes não se referem exclusivamente à forma, mas também ao funcionamento do texto. Foi passando exatamente por esses moldes tradicionais que os gêneros jornalísticos, entre eles o editorial, modificaram-se para atrair novos leitores.

Percebe-se, então, que uma produção discursiva qualquer exige que o produtor coordene a sua finalidade comunicativa, a escolha da tradição discursiva e as regras da língua escolhida de acordo com o contexto sócio-histórico e cultural. Em outras palavras, Oesterreicher (1996, p. 319) afirma que “as diferentes condições de comunicação conservam certas estratégias discursivas como, por exemplo, graus de planificação, de elaboração sintática, diversos tipos de progressão semântica etc., e implicam determinadas regulações pragmáticas do discurso.”. Daí a importância em estudar as mudanças da língua em paralelo com as modificações das tradições discursivas, principalmente num contexto de ampliação do ato comunicativo, como ocorre nas instituições jornalísticas.

Para a escolha da tradição discursiva adequada à finalidade comunicativa desejada, os interlocutores dispõem de um contínuo comunicativo. Tomando proveito dessa idéia do contínuo discursivo, em termos metodológicos, o estudo da história da língua em relação com a história dos textos requer que o texto seja situado e estudado tanto na série sincrônica como na série diacrônica. Jungbluth (2004, p. 3) descreve esse processo como uma dupla recontextualização dos discursos. Na perspectiva sincrônica, ocorre a contextualização no mundo discursivo e, na diacrônica, o texto é situado na seriação das tradições discursivas. Essa dupla recontextualização fornece uma base para a interpretação dos dados.

Recontextualização é um termo encontrado em Oesterreicher (2002, p. 360-367)⁶ para designar o processo de reconstrução das diversas relações semióticas do texto antigo por parte do observador, é uma reconstrução da performance do texto. Schmidt-Riese (2002, p. 21) considera que a recontextualização representa a superação do desencontro entre história e presente, pois “uma análise do discurso histórico deveria ter em conta, claro está, as características de produção próprias da época considerada, como por exemplo, o manejo da relação emissor-receptor por parte do emissor.”. Em contraposição a este conceito, está o processo

⁶ Versão revisada de Oesterreicher, 1998.

de “independência do texto”, que recebe o nome de autonomização. Nesse caso, o texto conserva seus próprios recursos e modalidades semânticas para possibilitar a reconstrução dos múltiplos modos semióticos.

Esse aspecto processual e móvel das tradições discursivas pode ser atribuído a duas propriedades expostas por Oesterreicher (2001a, p. 602 e 2001b, p. 207): a variabilidade e o dinamismo. A primeira remete ao caráter heterogêneo dos textos sob o ponto de vista de sua concepção. Uma entrevista com um político não é homogênea em todas as situações interativas semelhantes, como também não há homogeneidade nos editoriais, sem que eles deixem de pertencer ao mesmo grupo de textos. A segunda diz respeito à historicidade essencial das tradições discursivas concretas que passa pela criação, fixação, expansão ou pela perda de importância e desaparecimento completo das formas discursivas.

Como ponto de partida para as reflexões, percebe-se que, em uma lingüística sócio-histórica, precisa-se contar com uma concepção ampla, interdisciplinar e funcionalista da linguagem, o que revela a superação dos estudos diacrônicos nos moldes tradicionais.

O PAPEL TRANSFORMADOR DA IMPRENSA

Se o século XVIII retrata um período de conflitos lingüísticos, o século XIX, conforme Silva (2001, p. 140) “é um espaço-tempo fundamental para se compreender essa trajetória em que se dá a inserção do sujeito na cultura letrada.”. A Independência, em 1822,⁷ inaugurou uma

⁷ Em um momento anterior, notadamente nos anos de 1820 a 1822, uma exposição clara dos fatos políticos, ocorridos nesses anos tão importantes para a formação da índole da nova nação, poderia ser encontrada no *Correio Braziliense* (lançado em junho de 1808). Embora seus escritos fossem posteriores aos acontecimentos e tratassem de Portugal e do Brasil a partir da Inglaterra, os textos de Hipólito J. da Costa informavam a tempo sobre o ocorrido em terras longínquas, vencendo tempo e distância, com o propósito, mais que de informar, de formar, de influir na história dos dois países, explicando e desmascarando a retórica. Uma análise lúcida desses fatos políticos e uma impressionante capacidade de previsão, impressas neste que foi o primeiro periódico brasileiro e o primeiro jornal em português publicado com isenção de censura, alcançaram unanimidade entre historiadores e conspiraram para a entrada do país, como protagonista, na cena política. A atualidade dos escritos de Hipólito J. da Costa surpreende aos que analisam a pauta do *Correio Braziliense*, com a publicação de notícias sobre a política continental: defesa de uma nova capital, no interior do país; insistência, tal qual, mais tarde, faria José Bonifácio, de uma abolição gradual da escravidão e de um estímulo à presença do imigrante europeu; manutenção da corte no Brasil, para que o rei, distante das pressões das cortes européias, pudesse melhor defender a integridade da nação brasilicportuguesa (Hipólito J. da Costa foi contrário à independência do Brasil, pois parecia-lhe que a união com Portugal era a melhor alternativa para os dois países e, consumada a separação, assumia a

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

nova época no Império do Brasil, visto que, se antes dela, escritores tentavam o rótulo de colônia e a implacável resistência dos gramáticos portugueses, após ela, fez-se crer que o temor abrandara pela influência de uma geração que, paulatinamente, abandonava o complexo desse rótulo e se ocupava com a edificação de uma consciência e de uma língua ajustadas com a nacionalidade brasileira – ganhava, enfim, forças a noção de que se fazia premente um caráter nacional, desprendido da necessária ou obrigatória dependência ao lusitanismo, em especial na literatura.

Nesse momento histórico, o sujeito é conduzido ao processo de leitura e de escrita de forma mais constante, o que, evidentemente, acarreta unificação e deslocamentos lingüísticos e alterações na produção de sentidos nos textos que circulavam na época, especialmente os jornalísticos. O jornal apresentava-se ainda como um meio de comunicação de elite; primeiro, por difundir mensagens utilizando a modalidade escrita, o que exigia um bom nível de alfabetização, e, segundo, pelo domínio da elite governante. Essa elite manteve, durante os três primeiros séculos da história do Brasil, o controle do material impresso (livros, volantes e jornais) em favor dos seus interesses e da desinformação do povo, a fim de evitar, obviamente, iniciativas revolucionárias. Com a suspensão da censura prévia em 1821, puderam circular jornais com intenso teor político, favoráveis ou contrários ao governo.

Dentre os jornais que circulavam na época, encontravam-se o *Typhis Pernambucano* (folheto redigido por Frei Caneca); *Aurora Pernambucana* (orientada pelo, então, governador Luis do Rego); *Gazeta Pernambucana* (sob a direção do padre Venâncio Henriques de Resende, participante do grupo revolucionário de Caneca, em 1817); a *Sentinelada da Liberdade* (periódico de Cipriano Barata); o *Diário de Pernambuco* (publicado em 1825).

Normalmente, esses periódicos eram escritos por uma só pessoa, vinculados a um partido político, utilizavam uma linguagem veemente e um teor mais doutrinário que informativo, tinham uma periodicidade irregular e pertenciam a uma fase artesanal da imprensa. O *Diário de Pernambuco* procurou diferir do padrão da época, expondo em sua introdução os seus propósitos como um jornal informativo, de anúncios e com circulação regular. No entanto, não foi possível se isentar do clima de polêmica no qual nasceu a imprensa pernambucana. Como comenta Aníbal

desvantagem de seu jornal em relação aos jornais brasileiros, presentes na própria cena e capazes de um pronto acompanhamento dos fatos).

DEPARTAMENTO DE LETRAS

Fernandes (1982, p. 152), ao descrever a prática jornalística do seu tempo, “O jornalismo polêmico e o jornalismo de opinião de tal maneira eram uma tradição pernambucana.”

Na década de 20 do século XIX, havia em Recife e Olinda, por exemplo, os locais de circulação e venda de impressos, onde habitualmente encontravam-se redatores e leitores para conversas e contatos políticos, o que dava margem às tradicionais polêmicas. Faziam parte do cotidiano das pessoas as reuniões para leituras coletivas de cartazes e papéis que circulavam. Por meio da força vibrante da palavra falada, manuscrita ou impressa, começava a se expandir um público leitor.

Apesar da escassa alfabetização, a linguagem impressa foi-se estabelecendo em meio aos cruzamentos da oralidade e da escrita e entre as culturas letradas e não-letradas. Um traço característico desse período é exatamente a leitura coletiva, o que possibilitava a expansão dos debates políticos para além do público estritamente leitor (cf. Morel e Barros, 2003, p. 45-46). A leitura em voz alta servia como mediação oral para que o grande público pudesse acessar a produção escrita da minoria culta. De acordo com Pessoa (2005, p. 15-16):

Somente com o advento do jornal, tal como hoje o conhecemos, a leitura deu um salto importante na Europa, contribuindo decisivamente para diminuir o analfabetismo e possibilitar a produção textual de grande parte desses novos alfabetizados.

No Brasil, ocorreu o mesmo, o poder foi deslocado da memória oral para a memória escrita. Desse modo, os poderosos logo se apoderaram do novo instrumento de comunicação, conservando a autoridade da minoria, agora pelo manejo das letras impressas. Sendo assim, o acesso à cultura letrada e a aquisição da competência para ler fizeram parte do processo de transformação social, de onde surgiram cidadãos mais críticos.

O papel de difusor das letras que o jornal assumiu fez com que, segundo Lustosa (2003, p. 15), “Naquele contexto, o jornalista se confundisse com o educador. Ele via como sua missão suprir a falta de escolas e de livros através dos seus escritos jornalísticos.”. A princípio, a palavra escrita e impressa estava vinculada às atividades intelectuais e universitárias; as estratégias de organização dos textos comprovam isso, ou seja, a sua elaboração nasceu no seio dos acadêmicos e mestres. É a atuação mais intensa da classe média, após a Independência, que faz surgir novas formas de difusão da cultura letrada por meio da imprensa e de livros, que se intensificam com o Romantismo (Sodré, 1988, p. 267).

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

As novas construções de sentido, especialmente a partir da segunda metade do século XIX, envolvendo o mundo não-letrado e o mundo letrado, a língua portuguesa de Portugal e a língua portuguesa do/no Brasil geraram algumas polêmicas entre brasileiros e portugueses, durante o processo de gramatização⁸ (Pfeiffer, 2001, p. 167-170). Sob essas perspectivas, as discussões variavam quanto à adequação de distanciamento e proximidade nas relações entre a língua portuguesa em uso no Brasil e em Portugal e se equivaliam quanto à concepção de linguagem e de articulação entre ela e a realidade, o que permite a afirmação de que se concebiam língua, cultura e política em função do *outro* e esse *outro*, que insurgia além das fronteiras nacionais, depositava sobre a língua do/no Brasil o olhar do colonizador, o que, segundo Orlandi (1990, p. 16), produzia efeitos de sentido que impunham ao povo brasileiro e à sua história o discurso colonial. Representações da língua do/no Brasil, interventoras na constituição do imaginário social e na categoria de usuário dessa mesma língua por parte da população, atrelam-se à identidade do brasileiro, ou seja, por intermédio da historicidade de práticas lingüísticas e de intervenções do usuário da língua, os discursos que representam o português como língua do/no Brasil produzem as significações que gerenciam a sociedade brasileira.

Com o processo de gramatização da língua portuguesa do/no Brasil, de uma forma mais ampla, produz-se uma, também, disjunção histórica entre as práticas lingüísticas que compromete a relação sujeito e conhecimento no Brasil; instaurada com a cominação da língua portuguesa escrita oriunda de Portugal, essa disjunção direciona a espaços de legitimação do dizer e interfere na maneira como as instituições regularão a inscrição do sujeito e de seu saber no campo do saber e a si próprias (auto-regulação), visto que, ao definirem o quê e quem circulará nesse campo, naturalizam o próprio julgamento e projetam a si mesmas como um de seus efeitos.

É evidente que todo esse processo de gramatização da língua manteve correlação com a produção de textos do jornalismo impresso e sua normatividade específica. A inovação tecnológica e a renovação mercadológica também contribuíram para as mudanças editoriais, gráficas e lingüísticas nos jornais. Essas transformações por que passou a im-

⁸ O processo de gramatização brasileiro se dá a partir dos anos de 80 do século XIX, momento em que as gramáticas e dicionários se fazem tendo em vista a questão das línguas no Brasil. (Guimarães, 1994, 1997, *apud* Pfeiffer, 2001)

DEPARTAMENTO DE LETRAS

prensa podem ser sucintamente acompanhadas nas três tendências seguintes, também percebidas nos editoriais:

a) A tendência político-partidária: parte da concepção de que a função do jornal é essencialmente opinativa. É a fase que retrata o início do jornalismo e de uma mutação política no Brasil, em meio a um elevadíssimo analfabetismo. Os discursos eram ora áulicos e pomposos ora pasquineiros, com injúrias e grosserias que entremeavam uma prosa extremamente clássica e beletrista. É marcada por intensas polêmicas pessoais e violência física e verbal. “Até a primeira metade do século XIX não havia preocupação por parte do editor e do leitor, com equilíbrio e imparcialidade.” (Amaral, 1996, p. 25).

b) A tendência literário-independente: surgiu na segunda metade do século XIX, no momento em que a sociedade civil começava a se organizar em termos intelectuais e culturais e os níveis de alfabetização começavam a aumentar. Tinha como parâmetro a conquista do público leitor por meio de temáticas culturais e científicas. Foi a época da conjugação entre os homens das letras e a imprensa. As notícias do exterior ainda dependiam dos vapores e das cartas. Os acontecimentos locais, como corridas de cavalos e saraus, eram espalhados em folhetins, que também propagavam romances, como os de José de Alencar, no Diário do Rio de Janeiro: O Guarani, em 1857, e a Viuvinha, em 1860. As crônicas também eram freqüentes e sinalizavam o jornalismo cultural. Nessa fase, o jornalismo noticioso supera o panfletário, o que a caracteriza como transitória para a tendência telegráfico-informativa.

c) A tendência telegráfico-informativa: nessa fase, o serviço telegráfico torna-se a base das seções noticiosas e a informação objetiva, que atende às necessidades do leitor moderno, supera a opinião. Percebe-se, então, uma “despolitização” do jornal, com a redução do espaço para os artigos políticos. Os jornais passam por uma modernização tecnológica, gráfica e editorial, influenciada pelo telégrafo, pelo rádio e pela televisão, que teve início no final do século XIX e se estende até os dias atuais, com a influência da Internet. Essa fase faz ver a passagem do estilo detalhista literário para o estilo simplista, *telegrafês*; a passagem do jornalismo de crônica para o jornalismo de reportagem; a passagem de uma imprensa romântica para uma imprensa mercadológica; enfim, uma passagem para a funcionalidade, com a inserção do *lead* (resumo que inicia a notícia) e do *copy-desk* (redator encarregado de acabar com a literalice), vindos dos Estados Unidos.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Durante esse trajeto, alguns fatores dificultaram a democratização da imprensa (Melo, 1985, p. 127-128), a saber:

- a) Incapacidade aquisitiva do povo brasileiro: falta de recursos para a compra diária do jornal;
- b) Analfabetismo crônico: grande parte da população permanece analfabeta;
- c) Ausência de participação política: o exercício da cidadania pressupõe informação e o jornal não é visto como instrumento de participação;
- d) d) Elitismo da imprensa: o uso de uma linguagem própria das universidades e de conteúdos de interesse da classe dominante impedem a popularização do jornal.

É assim que, no século XIX, a imprensa vai definindo a sua função social, atuando como um canal para expressar as disputas políticas. São exatamente as transformações políticas ocorridas no final desse século, libertação dos escravos e proclamação da República, que possibilitam o panorama dinâmico do início do século XX, com industrialização, urbanização, ampliação da classe média e crescimento das escolas públicas. Com tudo isso, o jornal impresso deixa de ser exclusividade da classe dominante e passa a ser utilizado também pela classe trabalhadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Melo (1979, p. 16), “Todo o processo de elaboração e transmissão das mensagens pelo comunicador deve refletir as experiências culturais do público receptor”. No que diz respeito à linguagem, é necessária uma sintonia com a experiência lingüística dos possíveis leitores a que se vai dirigir. A crítica do autor reside na inalterância da linguagem utilizada pelos jornais brasileiros apesar das alterações na diagramação, da utilização de fotografias e da mudança na estrutura do texto para motivar os novos leitores.

As alterações diagramais e estruturais foram observadas e confirmadas no acompanhamento feito das transformações do editorial jornalístico. Por outro lado, pela análise feita, não se pode dizer que a linguagem permaneceu inalterada. O que foi visto corresponde exatamente à ocorrência de mudanças lingüísticas, concernentes às transformações de uma dada tradição discursiva, o editorial, no âmbito do jornalismo im-

DEPARTAMENTO DE LETRAS

presso pernambucano, motivadas por fatores históricos, culturais, sociais, políticos e tecnológicos.

Isso é o que comprova também a pesquisa feita por Guimarães (1992, p. 27), ao analisar editoriais de jornais paulistanos.

Nessa evolução do artigo de fundo para o editorial, a natureza de ambos basicamente não se alterou, no que se refere à contestação, à combatividade e à altivez. A mudança aconteceu em termos do uso da linguagem, ou seja, a opinião crítica tornou-se mais equilibrada, apresentando um novo estilo e uma nova linguagem mais adequada aos leitores.

A linguagem, como foi visto, passou por modificações para adequar-se às necessidades e às exigências sociais, apesar da manutenção do rigor e do seguimento à língua padrão como ocorre com textos como o editorial, por exemplo. Portanto, ela também merece estar presente na lista dos fatores que contribuíram para a popularização da imprensa, que Albert e Terrou (1990, p. 29-33) postularam, a saber:

- fatores político-sociais: aumento do interesse pela política;
- fatores econômicos: ampliação do mercado e baixa dos preços de venda do jornal;
- fatores técnicos: a evolução das técnicas de fabricação (tinta, papel, composição, impressão, reprodução de ilustrações); a evolução dos transportes; a evolução das técnicas de informação;
- o nascimento das agências de notícias: agências especializadas na coleta e propagação de informações via telégrafo.

O que se poderia mencionar como uma necessidade contínua, além desses fatores e da adequação da linguagem jornalística ao contexto sócio-histórico, para que o jornal permaneça mediando os contatos sociais, é o reforço paralelo da educação pela via do letramento, para que a competência leitora do público corresponda às suas necessidades como sujeito sócio-histórico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERT, P. & TERROU, F. *História da imprensa*. 1ª ed. Trad. Edison Darci Heldt. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

AMARAL, Luiz. *A objetividade jornalística*. Porto Alegre: Sagra: DC Luzzatto, 1996.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

CUNHA, Dóris de Arruda Carneiro. *O funcionamento dialógico em notícias e artigos de opinião*. In: DIONISIO, Ângela Paiva et al. (Orgs.). Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

FERNANDES, Aníbal. *Estudos pernambucanos*; prefácio de Laurêncio Lima. 2ª ed. rev. Recife: Massangana, 2002.

GUIMARÃES, Doroti Maroldi. *Um estudo da organização textual de editoriais de jornais paulistanos*. Dissertação de Mestrado, apresentada ao Programa de Pós-Graduação da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

JUNGBLUTH, Konstanze. El carácter de los textos semiorales y el junctor que. In: OESTERREICHER, W. (ed.). *Competencia escrita, tradición discursiva y variedades lingüísticas*. El español em los siglos XVI y XVII. Tübingen: Narr, 1998, p. 339-358.

———. *Corpus – corpora: o método da seriação e outros aspectos*. Colóquio Internacional (Argentina – Brasil – Alemanha), Freudesntadt, 8-10/07/2004.

KABATEK, Johannes. *Tradiciones discursivas y cambio lingüístico*. Fundacion Duques de Soria. Seminário de História da língua espanhola El cambio lingüístico en la historia española. Nuevas perspectivas. Soria, del 7 al 11 de julio de 2003.

LUSTOSA, Isabel. *O nascimento da imprensa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

MARIANI, Bethânia. A institucionalização da língua, história e cidadania no Brasil do século XVII: o papel das academias literárias e da política do Marquês de Pombal. In: ORLANDI, Eni P. (Org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua*. Campinas: Pontes, 2001, p. 99-124.

MELO, José Marques de. *Comunicação, opinião, desenvolvimento*. 4ª ed. Petrópolis: Vozes, 1979.

———. *Para uma leitura crítica da comunicação*. São Paulo: Paulinas, 1985.

MOREL, Marco & BARROS, Marina Monteiro de. *Palavra, imagem e poder: o surgimento da imprensa no Brasil do séc. XIX*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DEPARTAMENTO DE LETRAS

OESTERREICHER, Wulf. Lo hablado en el escrito. Reflexiones metodológicas y aproximación a uma tipología. **In:** T. Kotschi / W. Oesterreicher / K. Zimmermann (eds.). *El español hablado y la cultura oral em Espana y Hispanoamérica*. Frankfurt am Main: Vervuert / Madrid: iberoamericana, 1996, p. 317-340.

———. Bloqueos epistémicos en la lexicología histórica o el miedo a la variación. Considerando el español em América (siglo XVI). **In:** Wulf Oesterreicher et al. (eds.) *Competencia escrita, tradiciones discursivas y variedades lingüísticas: aspectos del español europeo y americano en los siglos XVI y XVII*. Tübingen: Narr, 1998, p. 37-142.

———. Langage parlé et langage écrit. *Lexicon der romanistischen Linguistik*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, vol. 1,2, s.v. 62. *Gesprochene Sprache und geschriebene Sprache*, 2001a, p. 584-627.

———. La ‘recontextualización’ de los géneros medievales como tarea hermenêutica. **In:** Daniel Jacob / Johanes Kabatek (eds.). *Lengua medieval y tradiciones discursivas en la Península Ibérica*. Frankfurt am Main: Vervuert / Madrid: Iberoamericana, 2001b, p. 199-231.

———. Autonomización del texto e recontextualización. Dos problemas fundamentales en las ciencias del texto. **In:** Eduardo Hopkins Rodríguez (ed.) *Homenaje Luis Jaime Cisneros*. Lima: Pontificia Universidad Católica del peru, vol. I, 2002, p. 343-387.

ORLANDI, Eni P. *Terra à vista – discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1990.

——— & GUIMARÃES, Eduardo. Formação de um espaço de produção lingüística: a gramática no Brasil. **In:** ORLANDI, Eni P. (Org.). *História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua*. Campinas: Pontes, 2001, p. 21-38.

PESSOA, Marlos de Barros. *Formação de uma variedade urbana e semi-oralidade: o caso do Recife, Brasil*. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 2003.

———. O núcleo de estudos históricos de manuscritos e impressos (NEHMI). **In:** PESSOA, Marlos de Barros (Org.). *Língua, textos e história: manuscritos e impressos na história do português brasileiro*. Recife: Programa de Pós-Graduação da UFPE, 2005.

PFEIFFER, Claudia Castellanos. A língua nacional no espaço das polémicas do século XIX/XX. **In:** ORLANDI, Eni P. (Org.). *História das i-*

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

déias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua. Campinas: Pontes, 2001, p. 167-183.

SILVA, Mariza Vieira da. Alfabetização, escrita e colonização. **In**: ORLANDI, Eni P. (Org.). *História das idéias lingüísticas*: construção do saber metalingüístico e constituição da língua. Campinas: Pontes, 2001, p. 139-153.

SODRÉ, Nelson Weneck. *O que se deve ler para conhecer o Brasil*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

SCHMIDT-RIESE, Roland. Glosando las confesiones de los hermanos Ávila. Discurso e identidad en la Nueva Espana a finales del siglo XVI. **In**: *Revista de Lingüística y Literatura*. Vol. XXVI, N° 1. Departamento de Humanidades – Pontificia Universidad Católica Del Peru, 2002.